

DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DE DADOS ESTATÍSTICOS NO SETOR DE TRANSPORTE DE CARGAS NO BRASIL

Alexandre Barra

Wagner Cardoso

Especialistas em Transporte

RESUMO

No Brasil, as informações sobre o transporte de cargas são dispersas e, em alguns casos, pouco consistentes. A partir da pesquisa dos sistemas de consulta, dados e indicadores mantidos na Internet pelos órgãos federais do setor de transportes e principais instituições privadas, constata-se que há um amplo espaço para melhorias na qualidade e na disponibilidade de dados de caráter público pelo governo federal, principalmente no tocante ao acesso e à confiabilidade dos dados. Nesta comunicação técnica, sugere-se criação de uma estrutura moderna voltada para o planejamento de longo prazo do setor de transportes, que promova e divulgue análises dos dados gerados pelos diversos órgãos do setor. Essa estrutura deve ter competência para requisitar informações de fontes primárias, como forma de garantir maior consistência e rigor técnico das análises e cenários.

1. INTRODUÇÃO

No nível federal, a responsabilidade de produzir informações em transportes, bem como as funções precípuas de estabelecer metodologias de coleta, compilação e verificação de consistência, encontram-se dispersas desde a dissolução da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) em decorrência da reestruturação do setor em 2001.

Ao contrário do setor de energia, onde foi retomado em 2004 o planejamento de longo prazo com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o setor de transportes carece de estrutura moderna voltada para a coleta, tratamento estatístico e divulgação dos dados, bem como a elaboração de análises técnicas e cenários futuros.

Nos Estados Unidos, o *Bureau of Transportation Statistics* (BTS) do *U.S. Department of Transportation* (DOT) reúne e analisa dados gerados pelas diversas agências governamentais, inclusive no nível estadual. Além disso, promove de 5 em 5 anos uma abrangente pesquisa de origem-destino das mercadorias, em parceria com o *U.S. Census Bureau*.

A informação de qualidade é essencial para a busca, pelo Poder Público e pelos agentes privados, de maior eficiência logística, redução de custos e tempos de trânsito das mercadorias. Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Moreira *et al.*, 2008) demonstra que, reduzindo em 10% os custos de transporte no Brasil, as exportações para os EUA aumentariam em até 43%. Segundo os autores, “haveria um impacto positivo provavelmente superior ao de um acordo de livre comércio”. O desafio é priorizar os investimentos em infraestrutura de transportes que impliquem em maior competitividade das empresas brasileiras em relação a seus competidores internacionais. Só pode priorizar eficientemente os investimentos a partir de uma visão global do setor e suas potencialidades, principalmente no tocante ao uso racional dos diversos modos de transporte.

Nesse sentido, apresenta-se esta comunicação técnica cujo objetivo é analisar o estado atual da disponibilidade e qualidade de dados públicos, no nível federal, e sugerir melhorias considerando as principais informações de caráter público sobre o setor de transporte de cargas.

2. METODOLOGIA

São identificados sistemas de consulta, dados e indicadores mantidos pelas seguintes instituições públicas e privadas:

- Ministério dos Transportes (MT);
- Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

O trabalho foca em dois aspectos:

- A movimentação de mercadorias – são analisados os dados relativos à movimentação de cargas nas vias de transporte e em terminais de transbordo, tais como os portos marítimos;
- A oferta de infraestrutura e serviços de transporte de cargas – são verificados dados que caracterizem a quantidade e qualidade da infraestrutura do País voltada ao transporte de mercadorias, bem como informações sobre terminais intermodais, operadores logísticos e demais prestadores de serviços de transporte de cargas.

Decidiu-se restringir o levantamento à Internet, apesar de existirem outras informações de caráter público não disponíveis nesse meio, por se tratar da forma mais democrática e de mais fácil acesso ao cidadão.

3. RESULTADOS

A maior deficiência de informações sobre o transporte de cargas encontra-se no que se refere à movimentação de carga rodoviária. No anuário da ANTT, pode-se verificar a evolução das quantidades transportadas por ferrovia, nos últimos anos, mas não no transporte rodoviário. O Índice de Desempenho Econômico do Transporte – IDET/FIPE-CNT representa uma tentativa de mitigar essa lacuna, ao estimar a tonelagem movimentada mensalmente nas rodovias brasileiras. O IDET deixa a desejar, entretanto, quanto à clareza das hipóteses adotadas, ao tamanho da amostra, às limitações das estimativas e demais questões metodológicas.

Os dados sobre movimentação de carga nos portos marítimos são encontrados principalmente no anuário e nos sistemas online da ANTAQ. Há indicadores de desempenho portuário e quantidades movimentadas, porém nem todas as administrações portuárias enviam as informações com regularidade, o que prejudica a confiabilidade do conjunto dos dados.

A movimentação de carga pelas ferrovias brasileiras pode ser estudada por meio do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário – SAFF da ANTT. É possível verificar fluxos de mercadorias considerando origem, destino e cliente. Pode-se verificar mês a mês o cumprimento ou não das metas pactuadas de produção de transporte e segurança. O principal problema do sistema é seu acesso restrito a poucos usuários autorizados pela ANTT.

A INFRAERO apresenta informações agregadas sobre movimentação total no ano para cada terminal de carga. Já o anuário da ANAC detalha origem e destino de carga aérea entre os aeroportos nacionais e apresenta a quantidade movimentada com origem ou destino no Brasil, por empresa, país de destino ou origem e continente (resumo).

Por meio do AliceWeb, da SECEX/MDIC, pode-se identificar a via de transporte usada para exportação ou importação de cada mercadoria ou grupo, segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), porém é preciso aumentar a confiabilidade na classificação das vias de transporte. Há inconsistências por exemplo quando se classifica como transporte fluvial mercadorias importadas no porto de Santos - SP. É preciso um esforço para eliminar ou diminuir as inconsistências nos quantitativos, além de explicitar a unidade de medida adotada.

No que concerne os operadores logísticos e de transportes, há cadastros disponíveis nos sítios da ANTT (Operadores de Transporte Multimodal – OTM e transportadores inscritos no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC), ANTAQ (operadores hidroviários e da navegação marítima) e ANAC (agenciadores de carga aérea). A consulta é dificultada por não haver geoprocessamento das informações, de modo ao usuário poder identificar rapidamente os operadores atuantes em sua área geográfica de interesse.

Para realizar a Pesquisa Rodoviária CNT 2007, foram percorridos 87.592 km de rodovias, avaliando o pavimento, a sinalização e a geometria da via. Trata-se provavelmente do levantamento mais completo existente no País do nível de serviço de infraestrutura rodoviária, infelizmente interrompido em 2008.

Paradoxalmente, os dois principais ministérios do setor de transportes, o MT e a SEP, apresentam na Internet poucas informações de interesse do presente estudo. A Pesquisa Anual de Serviços – PAS/IBGE de 2006 também não contribui com os objetivos deste trabalho.

Por fim, verificam-se boas iniciativas de tornar disponíveis dados georeferenciados, acessíveis via Internet, como os utilizados na elaboração do Plano Nacional de Logística de Transportes – PNLT pelo CENTRAN.

4. CONCLUSÕES

A partir da verificação dos sistemas e dados, chegam-se a três conclusões principais. A primeira delas é que há um amplo espaço para melhorias na qualidade e na disponibilidade dos dados disponíveis de caráter público pelos órgãos do governo federal. Essas melhorias devem se dar em duas direções:

- (a) no acesso – dados públicos devem ser transparentes e acessíveis de forma ampla, inclusive prevendo penalidades (se necessário) no caso de sonegação de informações gerais sobre serviços outorgados. *Cabe ressaltar que não se tratam de dados sensíveis ou sigilosos, que não são objeto deste estudo;*
- (b) na confiabilidade – as inconsistências nos dados disponíveis devem ser atacadas de forma mais sistemática. Os limites e deficiências das estatísticas devem ser claramente explicitados, pois contribuem para maior confiabilidade ao se determinar o grau de precisão inerente à amostra coletada e ao processo de coleta e tratamento dos dados.

Em segundo lugar, constata-se que esses dados disponíveis, apesar de se encontrarem dispersos, permitem algumas análises da evolução recente do setor de transporte de carga no

Brasil. Sem análises aprofundadas e periódicas, não há como formular racionalmente alternativas de políticas de longo prazo para o setor. Essa constatação indica a necessidade de se criar uma estrutura moderna e independente de planejamento do setor de transporte, para propor ao governo cenários de desenvolvimento do setor no médio e longo prazos.

Dentre os “princípios para uma agência federal de estatísticas” apontados pelo *National Research Council* (2009) dos Estados Unidos, destaca-se o recentemente incluído princípio da independência. Um órgão federal de estatísticas “deve ter uma forte posição de independência em relação a outros órgãos do setor responsáveis pela definição de políticas públicas ou pela regulação e fiscalização” do setor privado. Deve ser capaz de executar suas funções sem pressões políticas, ser imparcial e evitar que os processos de coleta, análise e divulgação de dados sejam manipulados com propósitos políticos.

Em terceiro lugar, fica evidente a ausência de um conjunto de informações que, se presentes, possibilitariam a elaboração de indicadores de desempenho e poderiam estimular um maior uso de determinadas modalidades de transporte. Dessa forma, para estimular o uso dos modos energeticamente mais eficientes, como o fluvial por exemplo, deveriam ser fornecidas informações mais precisas sobre os terminais hidroviários, operadores, e outros relativos à oferta dessa modalidade. As informações deveriam estar disponíveis inclusive em meio geoprocessado, para informar por exemplo a abrangência de atuação de operadores, nível de serviço atualizado da infraestrutura, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aponta para a necessidade de melhoria em três eixos de atuação:

- (i) Nova estrutura de planejamento – deve-se estudar modelos para o estabelecimento, pelo Poder Público, de uma estrutura moderna voltada para o planejamento de longo prazo do setor de transportes. Sua configuração poderia dar-se por meio de uma instituição enxuta nos moldes da EPE ou do BTS;
- (ii) Coordenação e cooperação – deve-se estudar formas de reforçar a coordenação e a cooperação entre os órgãos federais, com uso de metodologia adequada na geração de informações que permita análises globais do setor de transportes;
- (iii) Alterações legais – deve-se verificar a necessidade de um aprimoramento do marco legal para prever novas responsabilidades pela coleta, sistematização, análise e divulgação dos dados, conferindo competência da nova estrutura de requisitar as informações de fontes primárias, quando necessário.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio técnico de Ilana Ferreira e Mariana Castellani no levantamento das informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Moreira, Mauricio Mesquita; Christian Volpe and Juan S. Blyde (2008) *Unclogging the Arteries: the Impact of Transport Costs on Latin America and Caribbean Trade*. Special Report on Integration and Trade. Inter-American Development Bank / Harvard University, Cambridge, MA, USA.
- National Research Council (2009) *Principles and Practices for a Federal Statistical Agency*. Constance F. Citro, Margaret E. Martin, and Miron L. Straf (Editors). 4th Edition. 136 pages, National Academies Press, Washington, DC, USA.